



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

27 DE JULHO DE 2021 – MEMÓRIA DA LIVE DE LANÇAMENTO DA
NOTA TÉCNICA CONJUNTA – ALIMENTOS PSR 2021

No vigésimo sétimo dia do mês de julho de 2021, às 14h, deu-se início à live, que foi realizada pelo Canal da SEJUF no Youtube, do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná – CIAMPRua/PR, **Live de Lançamento da “Nota Técnica Conjunta – sobre fornecimento e distribuição de alimentos para a população em situação de rua no Estado do Paraná”**. Fizeram-se presentes os palestrantes: **ANGELA MENDONÇA**, Chefe do Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania – DEDIF/SEJUF; **LARISSA MARSOLIK**, Chefe do Departamento de Assistência Social – DAS/SEJUF e Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS; **ROSELI PITTNER**, Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; **CAROLINA BULGACOV**, representando **CILENE GOMES**, Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da Oitava Região – CRN-8; **LEONILDO MONTEIRO**, Presidente do Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua – INRua e Coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR no Estado do Paraná; **JOSÉ WILSON**, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA; e a mediadora **DULCE MARIA DAROLT**, Assessora Técnica do DEDIF/SEJUF e Coordenadora da Política Estadual para a população em situação de Rua. **1. ABERTURA: DULCE MARIA DAROLT**, mediadora, cumprimenta a todos os palestrantes, dando boas vindas. Inicia sua fala relatando que a Nota Técnica Conjunta – NT Conjunta objeto da live é uma conquista construída pela união de esforços do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná – CIAMPRua/PR, Conselho Regional de Nutricionistas da Oitava Região – CRN-8, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua – INRua e do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, com proposições, orientações e instruções, visando a melhoria da qualidade da alimentação e nutrição para a população em situação de rua em todos os municípios do Paraná. Também compuseram o grupo de trabalho, representantes dos municípios de: Curitiba, Maringá, Umuarama, Pinhais, Foz do Iguaçu e São José dos Pinhais. Em seguida, passa a palavra para o Sr. Leonildo Monteiro, do Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua – INRua e do Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR no Estado do Paraná. **2. PALESTRANTES: 2.1 LEONILDO MONTEIRO** inicia sua fala cumprimentando os participantes. Diz que a NT Conjunta é um avanço para a população de rua, que muitas vezes não consegue sequer uma alimentação diária, além de uma garantia de que o terceiro setor tenha o direito de ir aos espaços públicos para entrega de alimentos. É importante, segundo o palestrante, que a alimentação seja diversificada, saudável e balanceada, em detrimento, por exemplo, a um café com muito açúcar, que futuramente vem a prejudicar a saúde da população em situação de rua. Relata a visita do Secretário de Abastecimento de Curitiba, que ofereceu uma estrutura para a população em situação de rua produzir sua alimentação. Ressalta a importância do poder público reconhecer a atuação do Movimento, que já produz 350 marmitas diárias para a população em situação de rua, e expõe a intenção de que essa população possa também trabalhar na agricultura urbana, para ter mais autonomia no preparo da alimentação. A população de rua tem que ter acesso a 3 (três) refeições diárias, que é um direito. Ao fim, parabeniza o trabalho de todos e agradece a oportunidade em nome do Movimento. A Sra. Dulce Maria Darolt ressalta como o Sr. Leonildo Monteiro tem participado diuturnamente da luta para melhores condições da população em situação de rua e o agradece. Em seguida, passa a palavra para a Sra. Angela Mendonça, Chefe do Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania – DEDIF/SEJUF. **2.2 ANGELA MENDONÇA** cumprimenta os presentes, ressaltando a importância de seus respectivos Conselhos e instituições na produção da NT Conjunta. Diz que o documento surge de uma demanda relativa às dificuldades da sociedade civil de fazer a entrega de alimentos para a população em situação de rua, e que o CIAMPRua teve o cuidado de olhar para a questão de forma colaborativa, definindo os papéis, as atribuições e os cuidados que todos os atores que compõem o processo de atenção à população em situação de rua devem ter nessa pauta da segurança alimentar. Essa, em suas palavras, é

46 basicamente a pedagogia do cuidado, desde o momento em que se prepara o alimento, que se coleta, que se
47 acondiciona, que se fornece, que se descarta aquilo que não será usado, mas é também pedagogia do cuidado na
48 forma como ele é apresentado, no diálogo que se estabelece ao se aproximar das pessoas, na forma como o
49 distanciamento social se dá na fila para a prevenção contra a COVID-19. A N.T. Conjunta reafirma essa pedagogia
50 do cuidado em vários aspectos, sendo uma iniciativa inovadora. Considerando que política de Estado não se faz
51 isoladamente, agradece os representantes dos municípios paranaenses. Informa que o município de Cândido de
52 Abreu já fez manifestação de interesse à adesão à NT Conjunta. Finaliza dizendo que, com forças integradas, o
53 melhor vai acontecer, com um trabalho conjunto consolidando proteção e garantindo direitos, e se despede. Sra.
54 Dulce Maria Darolt agradece o apoio da Sra. Angela Mendonça e frisa a importância da presença dos municípios de
55 Curitiba, Maringá, Foz do Iguaçu, Pinhais, Umuarama e São José dos Pinhais, além dos Conselhos, construindo
56 ativamente a NT Conjunta, sendo que alguns já se pronunciaram verbalmente com intuito de assinar o termo de
57 manifestação de interesse. A mediadora informa que no Paraná, segundo o CadÚnico, com a data de referência de 17
58 de abril de 2021, estão cadastradas no Paraná 9.653 pessoas em situação de rua, sendo do gênero feminino: 42
59 pessoas de 0-17 anos; 957 pessoas de 18-60 anos; 40 pessoas de 60+ anos; e gênero masculino: 69 pessoas de 0-17
60 anos; 7.866 pessoas de 18-60 anos; 671 pessoas de 60+ anos. Observa a necessidade de se levar em conta a
61 subnotificação, já que a população em situação de rua tem o direito de optar pelo não cadastramento no CadÚnico.
62 Em seguida, passa a palavra para a palestrante Sra. Larissa Marsolik, Chefe do Departamento de Assistência Social –
63 DAS/SEJUF e Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS. **2.3 LARISSA MARSOLIK** de
64 início cumprimenta a todos e agradece o convite. Parabeniza o papel da Sra. Dulce Maria Darolt, com atuação em
65 constante interface com o CEAS, onde articula a pauta do CIAMRua. Destaca que a NT Conjunta chega em um
66 momento de emergência provocado pela COVID-19, com crises sanitária e econômica culminando em uma crise
67 social já conhecida, mas que agora atinge mais fortemente todas as políticas, revelando a necessidade da
68 intersectorialidade das políticas públicas e sociais. Cita também a necessidade de se repensar as políticas públicas, de
69 se retornar ao debate sempre, tecendo redes, com empatia e construção coletiva e colegiada. Fala do esvaziamento de
70 mais de 60% do cofinanciamento para atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco e da
71 importância de se parabenizar os atores envolvidos e discutir o processo pandêmico com diferentes formas de
72 enfrentamento. Acredita que as diretrizes e orientações técnicas podem e devem ajudar a orientar prefeitos e
73 secretários municipais, e é nesse sentido que o DAS vem trabalhando, a exemplo da Orientação Técnica nº 03/2021,
74 organizada para se discutir as ofertas para a população em situação de rua, já enviada de maneira orientativa a todos
75 os prefeitos do Estado. Sobre o documento, ela destaca: estimular e fortalecer na rede socioassistencial o
76 atendimento e o cuidado em prol da população em situação de rua, respeitando os direitos e individualidades, assim
77 como apoiar e facilitar as ações das organizações da sociedade civil, empresas e pessoas físicas no auxílio a essa
78 população; evitar que a situação do frio e da pandemia seja utilizada para promover ações higienistas e de
79 recolhimento compulsório; respeitar a autonomia e a adesão voluntária ao atendimento e a inclusão em serviços de
80 acolhimento, considerando a singularidade das pessoas; apoiar e ampliar a oferta de alimentação gratuita em
81 diferentes espaços das cidades, respeitando os cuidados no manuseio dos alimentos e as regras de distanciamento
82 social; e oferecer água potável em locais de maior concentração dessa população, como parte da política de
83 abastecimento. Diz ainda que independente das situações de emergência climática, reforçou-se no início de 2021 que
84 o atendimento a pessoas em condição de vulnerabilidade social deve ser fortalecido nos territórios, respeitando as
85 particularidades de cada um, a sua história, cultura, raça, etnia, orientação sexual, dentre outros. As adversidades,
86 como a questão climática que está sendo vivida, devem intensificar ações de proteção social e garantias de direito,
87 mas a continuidade das ações, programas, serviços e benefícios é essencial para a manutenção, promoção da
88 autonomia e a convivência das famílias e indivíduos. Prossegue sua fala, relatando que o SUAS que se quer e no qual
89 se acredita, deve ofertar as seguranças previstas na política nacional de assistência: a segurança de acolhida, a
90 segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social e a segurança de desenvolvimento de autonomia
91 individual, familiar e social. Nessa perspectiva, o DAS entende e orienta que é importante que a população em

92 situação de rua seja acolhida em condições de dignidade, que se permita ter reparados ou minimizados os danos por
93 vivências de violências e abusos; ter a sua identidade, integralidade e história de vida preservadas e ter acesso à
94 alimentação em padrões nutricionais adequados. Quanto à segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e
95 social, diz ser importante que essa população tenha acesso a serviços socioassistenciais e das demais políticas
96 públicas setoriais, conforme a necessidade, e a segurança alimentar e nutricional anda de mãos dadas com esse
97 acesso à segurança, à dignidade e à autonomia. Já a segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar
98 e social compreende ter vivência pautada pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos
99 de justiça e cidadania; construir projetos pessoais e sociais e desenvolver a autoestima; ter acesso à documentação
100 civil; alcançar autonomia e condições de bem-estar; ser ouvido para expressar necessidades, interesses e
101 possibilidades; ter acesso a serviços do sistema de proteção social e indicação de acesso a benefícios sociais e
102 programas de transferência de renda – aqui, faz um agradecimento especial ao Secretário Ney Leprevost e ao Diretor
103 Geral Cristiano Meneghetti Ribas, que têm trabalhado com o DAS de maneira incansável, para que seja possível a
104 implantação de programa de transferência de renda com olhar específico para as famílias em situação de extrema
105 pobreza – ser informado sobre direitos e como acessá-los; ter acesso a políticas públicas setoriais e fortalecer o
106 convívio social e comunitário. A palestrante continua a fala apresentando números do CadÚnico de junho de 2021: o
107 Paraná possui cadastradas 7.808 famílias e 7.922 pessoas em situação de rua; em Curitiba, são 2.535 famílias e 2.551
108 pessoas em situação de rua. Ressalta a importância da busca ativa e da capacitação e orientação da Rede, assim como
109 o papel do Estado de orientar e cofinanciar e de estar presente na construção da regulação com os municípios. Nesse
110 sentido, cita a Deliberação 37/2014 – CEAS, que cofinancia 20 municípios com R\$ 2.040.000,00 de repasse fundo a
111 fundo ao ano, com valores entre R\$ 78.000,00 e R\$ 138.000,00 por município; a Deliberação 051/2016 – CEAS, que
112 cofinancia 20 municípios com R\$ 960.000,00 por ano para serviços especializados em abordagem social; a
113 Deliberação 057/2015, que cofinancia 4 municípios com R\$ 300.000,00 ao ano para um total de 250 vagas; e ainda o
114 cofinanciamento de aproximadamente R\$ 700.000,00 para a Casa de Passagem Regionalizada, para migrantes e
115 refugiados. Após as informações, agradece novamente pelo espaço e parabeniza a todos, ressaltando a importância de
116 trabalhar de maneira conjunta para fortalecer o atendimento à população em situação de rua em todas as políticas
117 públicas. Frisa o erro que é confundir a assistência social com o assistencialismo e finaliza sua fala. A Sra. Dulce
118 Maria Darolt agradece e repassa a palavra para o Sr. Leonildo Monteiro, que pediu réplica, e que levanta agora a
119 questão climática, da tentativa constante de provocar a sociedade civil e representantes dos Conselhos para ajuda nas
120 ações de prevenção para o socorro à população em situação de rua, como entrega de itens de inverno e acolhida em
121 ambientes tais como igrejas e ginásios. Neste momento há um problema na conexão do Sr. Leonildo Monteiro, e a
122 Sra. Dulce Maria Darolt retoma a palavra, falando da parceria da SEJUF com SEAB e CEASA para fornecimento de
123 alimentos para instituições que atendem a população em situação de rua. Informa ainda que o Secretário de
124 Guarapuava relatou estar desenvolvendo ações nesse sentido no município, assim como estão Umuarama, Foz do
125 Iguaçu, Curitiba. Em seguida, Sr. Leonildo Monteiro retoma a fala, demonstrando a preocupação sobre a iminente
126 mudança climática, para socorro inclusive daqueles que por algum motivo optam pelo não acolhimento da Fundação
127 de Ação Social de Curitiba – FAS. Reforça a importância da Assistência Social nessa questão e fala sobre nova
128 modalidade de moradia para a população em situação de rua, que dará competência para que outras Secretarias
129 trabalhem a questão. O Sr. Leonildo Monteiro agradece e a Sra. Larissa Marsolik pede novamente a palavra, como
130 tréplica, para informar que o Governador do Estado entrou em contato com o Secretário da SEJUF para falar sobre a
131 questão da iminente queda na temperatura. A respeito, o DAS vem então trabalhando junto à Defesa Civil em nova
132 nota técnica para reforçar a questão aos municípios. O documento deverá sair no mesmo dia, 28/07/2021. Logo após,
133 a Sra. Dulce Maria Darolt informa que são 91 pessoas assistindo à live pelo Youtube, com a presença do prefeito de
134 Fazenda Rio Grande e muitos outros. Ressalta a importância para os municípios e instituições dessas orientações,
135 que reforçam os cuidados e instruem tecnicamente sobre diversas Políticas de Estado, com fundamentações legais,
136 proposições e orientações. Agradece as falas da Sra. Larissa Marsolik e do Sr. Leonildo Monteiro e passa a palavra
137 para a Sra. Roseli Pittner, Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. **2.4**



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

138 **ROSELI PITTNER** cumprimenta a todos e agradece o convite. Em seguida, faz um panorama da insegurança
139 alimentar. Relata que em 2014 o Brasil saiu do mapa da fome graças a políticas públicas na luta contra a pobreza,
140 fome e desnutrição. Ainda assim, mais da metade de população brasileira sofre com algum grau de insegurança
141 alimentar; mais de 15% da população convive com a falta diária e constante de não ter o que comer, segundo
142 Relatório Efeitos da Pandemia na Alimentação e na Situação de Segurança Alimentar no Brasil. Segundo pesquisa do
143 IBGE de 2017/2018, 36,7% dos lares brasileiros – totalizando 84,9 milhões de pessoas – sofriam alguma dificuldade
144 para aquisição de comida; pelo menos 10,3 milhões de pessoas viviam rotina de fome. À época, autoridades
145 creditavam o problema ao desemprego, que esperavam ser combatido pela Reforma Trabalhista e pela promulgação
146 da Emenda Constitucional nº 95, que limitava em 20 anos os investimentos sociais do Governo Federal – ambas
147 acabaram não resolvendo o problema. Diz ainda que o atual Presidente da República, além de ignorar o problema da
148 fome, desarticulou programas sociais e estruturas de governo que serviriam para revertê-la. A fome, continua a
149 palestrante, atinge hoje mais de 19 milhões de brasileiros; 116,8 milhões de pessoas conviveram com algum grau de
150 insegurança alimentar em 2020. A pandemia, por sua vez, ameaça a segurança alimentar e nutricional, assim como o
151 social e o econômico. Nesse cenário, as decisões políticas devem ser estrategicamente pensadas, para garantir o
152 direito humano àquelas pessoas que se encontram em vulnerabilidade, como é o caso das pessoas em situação de rua.
153 Segundo a palestrante, é aqui que devem entrar as políticas estruturantes, fundamentais para garantir os direitos
154 humanos. Inúmeras são as causas que obrigam as pessoas a saírem de suas casas para buscar ou para disputar o
155 alimento com a população em situação de rua, na maioria das vezes passando a fazer parte dessa estatística da
156 população em situação de rua. Embora constitucionalmente todo brasileiro possua o direito à vida e ao bem-estar
157 social, a realidade no Brasil é outra. A dignidade humana, também assegurada, não se mostra plenamente
158 desenvolvida e acessível, principalmente para as camadas mais pobres da sociedade. Nesse sentido, o Estado deve
159 promover ao indivíduo aquilo que lhe falta, por meio de ações afirmativas. Segundo dados do IPEA (referência
160 setembro de 2012 a março de 2020), em março de 2020 eram 221.869 pessoas em situação de rua, representando um
161 aumento de 140% quando comparado a setembro de 2012. Existem trabalhos sendo feitos, a fim de minimizar os
162 efeitos da crise para quem vive em vulnerabilidade social, mas frisa a importância de mais ações afirmativas e
163 políticas públicas, visando o fortalecimento daqueles em vulnerabilidade, frágeis e invisíveis especialmente nesse
164 momento. A Sra. Roseli Pittner agradece novamente o convite e faz votos de que seus dados tenham melhor
165 elucidado a situação. A Sra. Dulce Maria Darolt agradece a fala, frisando a importância do trabalho realizado para
166 que os direitos sejam construídos na vida de cada pessoa, e reitera a necessidade da parceria com o CONSEA, para o
167 acompanhamento da implementação da NT Conjunta nos municípios. Em seguida, dá as boas vindas e agradece a
168 presença na live dos municípios de Guarapuava, Santa Tereza do Oeste, Fazenda Rio Grande, Nova Esperança,
169 Paiçandu, Douradina, Pinhais, Itapejara do Oeste, Santa Helena, Lapa, Ivaiporã, Maringá, Colombo, Tamarana,
170 Campo Mourão, Piraquara, Nova Candu, São José dos Pinhais, Umuarama, Toledo e Ponta Grossa, assim como do
171 Núcleo Regional de Educação de Pitanga. Ato contínuo, passa a palavra para a Dra. Carolina Bulgacov,
172 representando a Presidente do CRN-8, Dra. Cilene Gomes. **2.5 CAROLINA BULGACOV** dá boa tarde a todos e
173 agradece o convite em nome de todo o Conselho, para a elaboração NT Conjunta, que espera ser o início de muitos
174 trabalhos coletivos. Nutrição não é só o alimento; é também carinho, afago, conforto à população em situação de rua,
175 que merece que a política pública seja cumprida. O CRN-8 tem como missão defender o direito humano à
176 alimentação adequada e saudável. Deve-se olhar com cuidado para a alimentação, considerando a população obesa
177 ou portadora de doenças crônicas. A luta do CRN-8 é pela promoção da saúde: uma alimentação adequada e
178 saudável. Coloca o CRN-8 à disposição para que a parceria iniciada pela NT Conjunta possa ser fortalecida e
179 continuada, principalmente neste momento de pandemia. Que além do alimento, e por meio dele, possa ser levado à
180 população também o amor, o acolhimento, o cuidado. Por fim, diz que a NT Conjunta representa o primeiro passo para
181 despertar no município a atenção mais direcionada para essa situação. Faz votos para que o trabalho seja exitoso,
182 agradece e se coloca novamente à disposição. A Sra. Dulce Maria Darolt agradece a fala e dá as boas vindas aos
183 municípios de Pirai do Sul, São João do Ivaí, Rio Negro, Telêmaco Borba, Francisco Beltrão, Paranavaí, Wenceslau



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

184 Braz, Xambrê, Terra Rica, Guaíra, Casa de Passagem de Morro Agudo, Palmeira, Medianeira, Campo Largo,
185 Araucária, Pranchita, Sengés e Cruzeiro do Oeste. Em seguida, agradece palavras da Dra. Carolina Bulgacov e
186 participação do CRN8 na construção da NT Conjunta. Passa a fala para o Sr. José Wilson, representando o Instituto
187 Trilhas do Afeto, de Londrina, e Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente –
188 CEDCA. **2.6 JOSÉ WILSON** cumprimenta a todos, parabenizando pela NT Conjunta. Diz que o Estatuto da
189 Criança e do Adolescente, que ainda não é respeitado à altura, prega uma política que reconhece a condição do
190 sujeito em desenvolvimento, titular de direitos, pautado em uma doutrina de proteção integral, além de estimular a
191 descentralização das políticas públicas. Após, apresenta o conceito de crianças e adolescentes em situação de rua:
192 “sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos e/ou áreas degradadas como
193 espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou
194 risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários,
195 prioritariamente em situação de pobreza e/ou pobreza extrema, com dificuldade de acesso e/ou permanência nas
196 políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de
197 gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência,
198 entre outros”. Diz que hoje grande parte das crianças e adolescentes em situação de rua é fruto de violência
199 doméstica, fuga de casa, trabalho infantil informal ou uso abusivo de substâncias psicoativas, tendo a situação se
200 agravado com o início da pandemia. Informa que o CEDCA, no início da pandemia, buscou garantir a toda criança e
201 adolescente o tratamento de saúde para tratamento da COVID-19; segurança alimentar para crianças indígenas e
202 quilombolas, com entrega de 30.686 cestas básicas; recursos para fornecimento de leite para 90.000 crianças por
203 mês, de setembro a dezembro; recursos para que 15.800 adolescentes permanecessem nas empresas como jovem
204 aprendiz; apoio a organizações da sociedade civil com dificuldades de atender crianças, evitando que ficassem em
205 situação de rua. Já em 2021, foram entregues 15 mil cestas básicas para pessoas com deficiência, assim como cestas
206 básicas para 312.500 famílias, com distribuição aproximada de 78 mil cestas por mês, durante 4 meses. Em seguida,
207 relata que durante a pandemia a violência doméstica tem aumentado, não obstante a subnotificação, já que as escolas,
208 que é onde se têm a maioria das denúncias, estejam fechadas. Diz que é essencial o trabalho preventivo, antes que a
209 criança ou adolescente chegue à rua. O CEDCA tem trabalhado baseado no Plano Decenal, na tentativa de garantir à
210 criança e ao adolescente os seus direitos. Por fim, parabeniza as servidoras Dulce Maria Darolt, Angela Mendonça e
211 Larissa Marsolik pelo belo trabalho enquanto executoras da política pública e clama para que municípios deem apoio
212 às famílias em situação de rua, frisando que é com união que se chega à resolução de problemas. Agradece a todos e
213 parabeniza pela NT Conjunta. A Sra. Dulce Maria Darolt parabeniza o trabalho do CEDCA de prevenção junto às
214 famílias, antes de correrem eventual risco de ida às ruas. Comenta ainda sobre levantamento da população em
215 situação de rua, no qual restou demonstrado grande número de crianças e adolescentes em situação de rua, revelando
216 assim a grande importância da prevenção junto a esse grupo, além de medidas para o retorno daqueles para casa,
217 visando preservar o direito à infância e a adolescência. Após, a mediadora agradece a presença dos municípios de
218 Braganey, Baixada Santista/SP, Cianorte, Prudentópolis, São Mateus do Sul, a Chefia do Escritório Regional de
219 Umarama – saudando por extensão todos os representantes dos ERs da SEJUF, que têm feito um trabalho fantástico
220 de articulação com os municípios paranaenses, em especial no trabalho de divulgação para a realização desta LIVE
221 de Lançamento da NT Conjunta. Agradece ainda os municípios de Cafeara e Santo Antônio da Platina. Ato contínuo,
222 informa a ausência do Secretário de Justiça, Família e Trabalho, Sr. NEY LEPREVOST, que cumpre agenda com o
223 Governador. **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A palavra é passada novamente para a Sra. Roseli Pittner, que
224 agradece a participação de todos e coloca o CONSEA à disposição para parcerias com a SEJUF e demais Conselhos.
225 A Sra. Dulce Maria Darolt cita a demanda conjunta do Termo de manifestação de interesse pela NT Conjunta por
226 parte dos municípios, contando com a parceria com o CONSEA para articulação junto aos COMSEAS, que são os
227 conselhos municipais da Segurança Alimentar e Nutricional. Com a palavra, o Sr. Leonildo Monteiro agradece a
228 equipe pela organização e pela presença dos participantes. Diz ser um momento importante para a população em
229 situação de rua do Paraná, pela aproximação entre a sociedade civil e os poderes públicos. Esclarece que o



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

230 CIAMPRua/PR defende também a bandeira da moradia; dar oportunidades para que a população em situação de rua
231 volte a estudar, trabalhar, tenha direito a acesso ao esporte, lazer e cultura e saúde. Por fim, fala da importância de
232 espaços como o CIAMPRua/PR, com votos para que outros municípios tenham a mesma iniciativa. Agradece
233 novamente e se despede. A Sra. Dulce Maria Darolt agradece a Daiane, residente técnica do DEDIF, Eloise, da
234 Secretaria Executiva, Amelia Alessi, vice-coordenadora CIAMPRua e ao Roger da TI que viabilizou a live. Em
235 seguida, passa a palavra para a Dra. Carolina Bulgacov, que agradece em nome de todos os conselheiros do CRN-8
236 que ajudaram na produção da NT Conjunta, e se coloca à disposição para novos trabalhos, reuniões e eventos, e
237 agradece a participação de todos. A Sra. Dulce Maria Darolt agradece a presença na live dos municípios de Diamante
238 do Norte e Rio Negro, e passa a palavra para o Sr. José Wilson, que se coloca à disposição dos outros Conselhos e
239 faz também um pedido aos prefeitos: para que eles não apliquem o art. 5º da Emenda Constitucional nº 109 ao final
240 dos exercícios financeiros de 2021 a 2023. O referido artigo permite que o Poder Executivo, em 31 de dezembro,
241 utilize todo o superavit financeiro dos Conselhos para pagamento de dívidas do município. Diz que o recurso do
242 Conselho é para aplicação em sua política específica, e que aplicação diferente disso pode acarretar o fim dos
243 colegiados. Diz que o Governador assumiu o compromisso público de que não utilizará os recursos do CEDCA para
244 pagamento de dívidas. De volta com a palavra, a Sra. Dulce Maria Darolt pede a todos, que façam cuidadosa e
245 carinhosa leitura, da NT Conjunta e do Termo de Manifestação de Interesse, incentivando a adesão dos municípios
246 ou das entidade do município, que atendem a população em situação de rua. Orienta que os municípios tomem a NT
247 Conjunta como orientação de base a ser seguida em qualquer situação de nutrição, tanto para sólidos quanto para
248 líquidos. Disponibiliza o e-mail ciampruaparana@sejuf.pr.gov.br e o telefone (41) 3210-2419 para eventuais
249 dúvidas sobre a NT Conjunta ou sobre a política para a população em situação de rua. **4. ENCERRAMENTO:** A
250 mediadora, Sra. Dulce Maria Darolt, agradece a presença dos palestrantes e ouvintes e informa que a live estará
251 disponível no canal da SEJUF no Youtube, para acesso e compartilhamento. Agradece a todos que assistem e se
252 despede. O fim da live se dá às 15h58. Memória aprovada na reunião ordinária do Comitê, no dia 10/08/2021.